

Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014

fevereiro de 2015

Este relatório contém 62 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 4
	Demonstração do rendimento integral 5
	Balanço 6
	Demonstração das alterações no capital próprio 7
	Demonstração dos fluxos de caixa 7
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 8
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 16
II.3	Segmentos operacionais 18
II.4	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Prémios adquiridos, líquidos de resseguro 19
Nota 2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro 20
Nota 3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro 21
Nota 4	Custos e gastos de exploração líquidos 21
Nota 5	Rendimentos 22
Nota 6	Gastos financeiros 22
Nota 7	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 22
Nota 8	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas 23
Nota 9	Imparidade (líquida de reversões) e variação de outras provisões 23
Nota 10	Outros rendimentos/gastos 23
Nota 11	Custos e gastos por natureza a imputar 23
II.5	Notas ao balanço
Nota 12	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem 24
Nota 13	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas 24
Nota 14	Ativos financeiros disponíveis para venda 25
Nota 15	Empréstimos e contas a receber 26
Nota 16	Outros ativos tangíveis 26
Nota 17	Provisões técnicas, líquidas de resseguro 27
Nota 18	Benefícios a empregados 28

		<u>Pág.</u>
Nota 19	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32
Nota 20	Impostos correntes e Impostos diferidos	32
Nota 21	Outros passivos financeiros	34
Nota 22	Outros credores por operações de seguros e outras operações	34
Nota 23	Acréscimos e diferimentos	34
Nota 24	Outras provisões	35
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio	
Nota 25	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	35
II.7	Outras notas	
Nota 26	Transações com partes relacionadas	38
Nota 27	Gestão de riscos	39
Nota 28	Justo valor	54
Nota 29	Passivos contingentes e compromissos	55
Nota 30	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	56
Nota 31	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	56
III	Inventário de títulos	
IV	Relatório dos auditores	

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

	Nota	2014			2013			Eur
		Técnica	Não técnica	Total	Técnica	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	70.212.926	-	70.212.926	67.716.479	-	67.716.479	
Prémios brutos emitidos		238.508.271	-	238.508.271	228.668.398	-	228.668.398	
Prémios de resseguro cedido		(165.950.792)	-	(165.950.792)	(157.959.207)	-	(157.959.207)	
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(2.745.936)	-	(2.745.936)	(4.268.553)	-	(4.268.553)	
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		401.383	-	401.383	1.275.841	-	1.275.841	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2	(42.451.760)	-	(42.451.760)	(42.265.164)	-	(42.265.164)	
Montantes pagos		(43.069.295)	-	(43.069.295)	(42.578.387)	-	(42.578.387)	
Montantes brutos		(139.647.808)	-	(139.647.808)	(132.013.953)	-	(132.013.953)	
Parte dos resseguradores		96.578.513	-	96.578.513	89.435.566	-	89.435.566	
Provisão para sinistros (variação)		617.535	-	617.535	313.223	-	313.223	
Montantes brutos		(1.334.271)	-	(1.334.271)	(2.080.573)	-	(2.080.573)	
Parte dos resseguradores		1.951.806	-	1.951.806	2.393.796	-	2.393.796	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3	-	-	-	66.392	-	66.392	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3	(1.164.637)	-	(1.164.637)	12.155	-	12.155	
Custos e gastos de exploração líquidos	4	(20.109.783)	-	(20.109.783)	(19.491.673)	-	(19.491.673)	
Custos de aquisição		(30.946.965)	-	(30.946.965)	(30.425.471)	-	(30.425.471)	
Custos de aquisição diferidos (variação)		194.815	-	194.815	467.137	-	467.137	
Gastos administrativos		(15.422.196)	-	(15.422.196)	(15.231.539)	-	(15.231.539)	
Comissões e participação nos resultados de resseguro		26.064.563	-	26.064.563	25.698.200	-	25.698.200	
Rendimentos	5	3.427.872	27.673	3.455.545	3.209.220	292.846	3.502.066	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		3.427.872	27.673	3.455.545	3.209.220	292.846	3.502.066	
Gastos financeiros	6	(529.081)	(89.196)	(618.277)	(776.773)	(101.715)	(878.488)	
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(529.081)	(89.196)	(618.277)	(776.773)	(101.715)	(878.488)	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	7	(182.446)	-	(182.446)	32.472	74.981	107.453	
De ativos disponíveis para venda		(182.446)	-	(182.446)	32.472	74.981	107.453	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	36.802	-	36.802	83.961	-	83.961	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		36.802	-	36.802	83.961	-	83.961	
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	9	-	564.403	564.403	-	182.654	182.654	
De outros		-	564.403	564.403	-	182.654	182.654	
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	10	27.246	-	27.246	(2.978)	-	(2.978)	
Outros rendimentos/gastos	10	-	378.422	378.422	-	(613.520)	(613.520)	
Resultado líquido antes de impostos		9.267.139	881.302	10.148.441	8.584.091	(164.754)	8.419.337	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	20	-	(1.392.316)	(1.392.316)	-	(2.769.508)	(2.769.508)	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	20	-	(1.071.570)	(1.071.570)	-	(10.982)	(10.982)	
Resultado líquido do exercício		9.267.139	(1.582.584)	7.684.555	8.584.091	(2.945.244)	5.638.847	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimentos integral

		<i>Eur</i>
	2014	2013
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	7.157.673	1.512.785
Impostos diferidos	(1.946.111)	(444.270)
	5.211.562	1.068.515
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(1.227.929)	(786.224)
	(1.227.929)	(786.224)
Total outro rendimento integral	3.983.633	282.291
Resultado líquido do exercício	7.684.555	5.638.847
Total do rendimento integral do ano	11.668.188	5.921.138

Balanço

			Eur
	Nota	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12	19.479.009	14.420.080
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13	-	2.576.323
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	140.139.576	119.669.261
Empréstimos e contas a receber	15	-	20.019.771
Outros depósitos		-	20.019.771
Outros ativos tangíveis	16	705.995	99.236
Inventários		18.650	18.650
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	51.143.856	48.790.668
Provisão para prémios não adquiridos		17.076.455	16.675.073
Provisão para sinistros		34.067.401	32.115.595
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19	15.455.059	12.213.598
Contas a receber por operações de seguro direto		7.414.993	6.129.760
Contas a receber por outras operações de resseguro		6.599.201	5.680.054
Contas a receber por outras operações		1.440.865	403.784
Ativos por impostos	20	2.712.007	3.871.445
Ativos por impostos (e taxas) correntes		842.924	-
Ativos por impostos diferidos		1.869.083	3.871.445
Acréscimos e diferimentos	23	1.712.468	1.723.916
Total ativo		231.366.620	223.402.948
Provisões técnicas	17	142.546.967	137.827.437
Provisão para prémios não adquiridos		40.559.317	38.008.197
Provisão para sinistros		96.434.220	95.430.446
De acidentes de trabalho		24.916.971	22.263.715
De outros ramos		71.517.249	73.166.731
Provisão para desvios de sinistralidade		1.657.759	478.207
Provisão para riscos em curso		3.895.671	3.910.587
Outros passivos financeiros	21	6.474.566	5.873.929
Depósitos recebidos de resseguradores		6.474.566	5.873.929
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	18	3.798.086	2.784.527
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22	25.261.769	24.485.600
Contas a pagar por operações de seguro direto		8.078.371	7.228.611
Contas a pagar por outras operações de resseguro		14.859.606	13.794.777
Contas a pagar por outras operações		2.323.792	3.462.212
Passivos por impostos e taxas	20	4.742.779	3.958.911
Passivos por impostos (e taxas) correntes		4.742.779	3.958.911
Acréscimos e diferimentos	23	4.104.154	3.597.892
Outras Provisões	24	723.407	1.927.948
Total passivo		187.651.728	180.456.244
Capital		12.500.000	12.500.000
Reservas de reavaliação		8.270.109	1.112.436
Reserva por impostos diferidos		(2.274.280)	(328.169)
Outras reservas		8.605.207	9.833.136
Resultados transitados		8.929.301	14.190.454
Resultado do exercício		7.684.555	5.638.847
Total capital próprio	25	43.714.892	42.946.704
Total passivo e capital próprio		231.366.620	223.402.948
Resultados por ação		3,1	2,3

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Reserva de reavaliação				Reserva legal	Prémio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Balanco a 31 de dezembro 2012	12.500.000	(400.349)	116.101	(284.248)	12.500.000	1.246.995	487.004	(4.008.657)	24.018.735	4.565.737	51.025.566
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	4.565.737	(4.565.737)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	1.512.785	(444.270)	1.068.515	-	-	-	-	-	-	1.068.515
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	5.638.847
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.000.000)	-	(14.000.000)
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(392.206)	(394.018)	-	(786.224)
Balanco a 31 de dezembro 2013	12.500.000	1.112.436	(328.169)	784.267	12.500.000	1.246.995	487.004	(4.400.863)	14.190.454	5.638.847	42.946.704
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	(5.638.847)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	7.157.673	(1.946.111)	5.211.562	-	-	-	-	-	-	5.211.562
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.684.555	7.684.555
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.900.000)	-	(10.900.000)
Ganhos/(perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(1.227.929)	-	-	(1.227.929)
Balanco a 31 de dezembro 2014	12.500.000	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	12.500.000	1.246.995	487.004	(5.628.792)	8.929.301	7.684.555	43.714.892

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2014	2013
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	7.684.555	5.638.847
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	71.620	51.456
Variação nas provisões técnicas	4.719.530	5.930.885
Variação de provisões	(1.204.541)	(442.623)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(2.353.188)	(3.669.637)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(564.403)	(182.654)
Variação nos impostos correntes e diferidos ativos/passivos	1.943.306	(729.719)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	20.019.771	(5.013.459)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(2.677.058)	1.045.169
Outros ativos e passivos	165.286	(498.428)
Outros passivos financeiros	600.637	659.282
Outros credores por operações de seguros e outras operações	914.222	6.118.574
	29.319.737	8.907.693
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos ao justo valor por resultados	2.576.323	(2.576.323)
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	(15.258.752)	8.980.965
Compras/Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	(678.379)	(43.838)
	(13.360.808)	6.360.804
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(10.900.000)	(14.000.000)
	(10.900.000)	(14.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	5.058.929	1.268.497
Caixa e equivalentes no início do período	14.420.080	13.151.583
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.479.009	14.420.080

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., (“Ocidental Seguros” ou “Companhia”) é uma Companhia de seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo iniciado a sua atividade em 1 de julho de 1987.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

Desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia, e prepara as demonstrações financeiras consolidadas. A Ocidental Seguros tem a sua sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2014 a Ocidental Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota 31. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 24 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

c) *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) *Provisões técnicas*

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

e) *Ativos financeiros*

Classificação

A Occidental Seguros classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Companhia não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Ocidental Seguros aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

i) *Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Instalações	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) Locações

A Ocidental Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

m) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido ou construída uma obrigação construtiva decorrente de eventos passados e e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

o) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupo de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

p) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

r) *Benefícios aos empregados*

Plano de benefício definido

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivo baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2014, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

s) *Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Companhia pode compensar, de acordo com a IAS12, os impostos diferidos ativos e passivos apenas se: (i) tiver um direito legal de deduzir os impostos correntes ativos com os impostos correntes passivos; e (ii) os impostos diferidos ativos e os impostos diferidos estejam sujeitos à mesma autoridade tributária, ou sob entidades tributárias que permitam a apresentação pelo saldo entre os impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos.

t) *Segmentos operacionais*

A Companhia determina e apresenta os segmentos operacionais com base na informação de gestão preparada internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

A Ocidental Seguros encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Acidentes e doença
- Incêndio e outros danos
- Automóvel
- Outros

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

u) *Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para riscos em curso, (3) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas (provisão para sinistros), (4) teste de adequação das responsabilidades e (5) provisão para desvios de sinistralidade.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que existam correções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Segmentos operacionais

	2014					2013					Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	18.058.967	24.757.198	24.392.511	3.004.250	70.212.926	17.871.161	25.285.015	21.641.833	2.918.470	67.716.479	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(10.576.004)	(14.233.092)	(17.093.281)	(549.383)	(42.451.760)	(8.030.497)	(16.201.200)	(17.172.556)	(860.911)	(42.265.164)	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(416.194)	(2.042.745)	1.328.751	(34.449)	(1.164.637)	(267.861)	529.798	(356.164)	106.382	12.155	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	-	-	-	66.392	-	-	-	66.392	
Custos e gastos de exploração líquidos	(5.442.916)	(7.031.575)	(5.977.691)	(1.657.601)	(20.109.783)	(4.782.630)	(7.635.741)	(5.715.776)	(1.357.526)	(19.491.673)	
Rendimentos	2.223.174	412.385	610.656	181.657	3.427.872	1.986.503	468.486	573.625	180.606	3.209.220	
Gastos financeiros	(248.938)	(95.651)	(143.928)	(40.564)	(529.081)	(375.718)	(131.759)	(208.803)	(60.493)	(776.773)	
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros	(95.371)	(16.776)	(25.546)	(7.951)	(145.644)	56.037	22.405	29.021	8.970	116.433	
Outros rendimentos/(gastos) técnicos, líquidos de resseguro	31.442	(4.196)	-	-	27.246	(375)	(2.603)	-	-	(2.978)	
Margem técnica	3.534.160	1.745.548	3.091.472	895.959	9.267.139	6.523.012	2.334.401	(1.208.820)	935.498	8.584.091	
Proveito dos investimentos					27.673					292.846	
Mais/(menos) valias realizadas					-					74.981	
Despesas gerais					(89.196)					(101.715)	
Outros proveitos/(custos) não técnicos					942.825					(430.866)	
Resultado não técnico					881.302					(164.754)	
Resultado antes de impostos					10.148.441					8.419.337	

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões - Valor bruto	80.228.777	21.942.841	30.822.781	9.552.568	142.546.967	75.692.767	20.521.577	32.135.808	9.477.285	137.827.437
Parte dos resseguradores	39.631.635	5.814.934	2.139.554	3.557.733	51.143.856	38.504.711	6.098.446	506.047	3.681.464	48.790.668

II.4 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Prémios brutos emitidos	238.508.271	228.668.398
Prémios resseguro cedido	(165.950.792)	(157.959.207)
Prémios líquidos resseguro	72.557.479	70.709.191
Variação prémios não adquiridos	(2.745.936)	(4.268.553)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	401.383	1.275.841
Variação líquida de prémios não adquiridos	(2.344.553)	(2.992.712)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	70.212.926	67.716.479

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	2014		2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	157.245.948	155.890.310	152.628.315	150.459.443
Incêndio e outros danos	46.561.451	45.969.225	44.969.912	44.680.636
Automóvel	25.413.269	24.878.511	23.651.232	22.134.583
Outros	9.287.603	9.024.289	7.418.939	7.125.183
Total	238.508.271	235.762.335	228.668.398	224.399.845

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue

	2014		2013	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	137.926.292	137.831.343	133.596.530	132.588.281
Incêndio e outros danos	21.438.142	21.212.027	19.754.259	19.395.621
Automóvel	486.000	486.000	492.750	492.750
Outros	6.100.358	6.020.039	4.115.668	4.206.714
Total	165.950.792	165.549.409	157.959.207	156.683.366

Nota 2 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2014				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	93.968.647	21.740.102	16.903.299	712.290	133.324.338
Parte dos resseguradores	(87.480.308)	(8.722.719)	(15.886)	(359.600)	(96.578.513)
	6.488.339	13.017.383	16.887.413	352.690	36.745.825
Varição da provisão para sinistros					
Montantes brutos	3.339.774	(1.141.464)	(621.060)	(242.979)	1.334.271
Parte dos resseguradores	(1.031.977)	509.627	(1.633.507)	204.051	(1.951.806)
	2.307.797	(631.837)	(2.254.567)	(38.928)	(617.535)
Total antes custos imputados	8.796.136	12.385.546	14.632.846	313.762	36.128.290
Custos com Sinistros (imputados)	1.779.869	1.847.547	2.460.434	235.620	6.323.470
Total	10.576.005	14.233.093	17.093.280	549.382	42.451.760
	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	90.889.760	21.389.336	13.305.155	1.103.926	126.688.177
Parte dos resseguradores	(84.304.053)	(5.424.834)	(3.621)	296.942	(89.435.566)
	6.585.707	15.964.502	13.301.534	1.400.868	37.252.611
Varição da provisão para sinistros					
Montantes brutos	899.712	60.619	1.604.010	(483.768)	2.080.573
Parte dos resseguradores	(935.032)	(1.390.497)	202.988	(271.255)	(2.393.796)
	(35.320)	(1.329.878)	1.806.998	(755.023)	(313.223)
Total antes custos imputados	6.550.387	14.634.624	15.108.532	645.845	36.939.388
Custos com Sinistros (imputados)	1.480.110	1.566.577	2.064.024	215.065	5.325.776
Total	8.030.497	16.201.201	17.172.556	860.910	42.265.164

Nota 3 – Outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação das outras provisões técnicas é analisada como segue:

	2014				<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	1.179.552	-	-	1.179.552
Variação da provisão para riscos em curso	416.195	863.193	(1.328.751)	34.448	(14.915)
Total	416.195	2.042.745	(1.328.751)	34.448	1.164.637

	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	(408.995)	-	1.278	(407.717)
Variação da provisão para riscos em curso	267.860	(120.803)	356.164	(107.659)	395.562
Total	267.860	(529.798)	356.164	(106.381)	(12.155)
Variação da participação nos resultados	(66.392)	-	-	-	(66.392)
Total	201.468	(529.798)	356.164	(106.381)	(78.547)

Nota 4 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014				<i>Eur</i>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	15.383.016	5.568.045	2.431.742	847.427	24.230.230
Custos de aquisição alocados	3.569.853	1.542.889	1.312.003	291.990	6.716.735
Variação dos custos de aquisição diferidos	(123.152)	(72.304)	(24.410)	25.051	(194.815)
Custos administrativos - comissões	255.618	10.996	9.791	4.738	281.143
Custos administrativos alocados	7.035.064	5.159.254	2.248.565	698.170	15.141.053
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(20.677.483)	(5.177.304)	-	(209.776)	(26.064.563)
Total	5.442.916	7.031.576	5.977.691	1.657.600	20.109.783

	2013				Eur
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição - comissões	14.680.071	5.404.963	2.266.735	649.265	23.001.034
Custos de aquisição alocados	3.951.655	1.621.531	1.549.295	301.956	7.424.437
Variação dos custos de aquisição diferidos	(193.235)	(118.277)	(194.336)	38.711	(467.137)
Custos administrativos - comissões	241.438	7.839	7.770	4.049	261.096
Custos administrativos alocados	7.164.242	5.093.411	2.086.312	626.478	14.970.443
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(21.061.539)	(4.373.727)	-	(262.934)	(25.698.200)
Total	4.782.632	7.635.740	5.715.776	1.357.525	19.491.673

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euro 21.483.000 (2013: Euro 20.736.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Occidental Seguros.

Nota 5 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	3.424.380	3.280.422
Rendimentos de depósitos bancários	31.165	221.644
	3.455.545	3.502.066

Nota 6 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, no montante de Euro 618.000 (2013: Euro 878.000), resulta de custos operacionais imputados à função de investimentos.

Nota 7 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			2013			Eur
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total	
Dívida pública	13.529	(15.944)	(2.415)	174.334	(213.178)	(38.844)	
Obrigações de outros emissores	4.328	(121.484)	(117.156)	225.849	(79.552)	146.297	
Ações	95.797	(158.672)	(62.875)	-	-	-	
De investimentos disponíveis para venda	113.654	(296.100)	(182.446)	400.183	(292.730)	107.453	
Total	113.654	(296.100)	(182.446)	400.183	(292.730)	107.453	

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Ganhos/ (perdas)	(41.375)	11.125
Rendimentos	78.177	72.836
Total	36.802	83.961

Nota 9 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) no montante de Euro 564.403 (2013: Euro 182.654) diz respeito a devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros.

Nota 10 – Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2014, os outros rendimentos/(gastos) incluem maioritariamente o montante de Euro 109.000 (2013: Euro 89.000) relativos a pessoal cedido a outras entidades. Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica incluía igualmente um custo de Euro 648.000, relativo à anulação de saldos devedores antigos de agentes considerados como incobráveis. De referir que esta regularização de saldos não teve contudo impacto nos resultados daquele exercício, atendendo a que a provisão que havia sido constituída neste âmbito foi revertida pelo mesmo montante.

Nota 11 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	500.492	429.522
Remunerações - pessoal	7.881.055	8.126.644
Encargos sobre remunerações	1.749.891	1.697.447
Benefícios pós emprego - planos benefício definido	271.876	883.628
Seguros obrigatórios	433.136	381.231
Gastos de ação social	43.391	56.562
Outros gastos	1.548.696	460.147
	12.428.537	12.035.181
Fornecimentos e serviços externos	16.016.010	15.414.570
Depreciações de ativos tangíveis		
Equipamento de transporte e outro equipamento	25.965	986
Equipamento informático	45.655	50.470
	71.620	51.456
Outros	283.368	1.097.937
Total	28.799.535	28.599.144

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários faturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Auditoria	172.513	193.346
Auditoria - serviços relacionados	10.959	10.959
Consultoria fiscal	4.859	5.351
Outros serviços	2.214	-
Total	190.545	209.656

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem Impostos e taxas no montante de Euro 815.000 (2013: Euro 779.000), o montante de Euro 478.000 (2013: Euro 575.000) relativo a Juros suportados, Comissões no montante de Euro 195.000 (2013: Euro 186.000) e o montante positivo de Euro 1.205.000 (2013: montante positivo de Euro 443.000) relativo a reversão de outras provisões.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custos com sinistros	6.323.470	5.325.776
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	6.716.735	7.424.437
Custos administrativos	15.141.053	14.970.443
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros não vida	529.081	776.773
Alocados à conta não técnica	89.196	101.715
Total	28.799.535	28.599.144

Em 31 de dezembro de 2014, o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 189 (2013: 188).

II.5 Notas ao balanço

Nota 12 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é composto na totalidade por depósitos bancários.

Nota 13 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>		
	2013		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Obrigações de outros emissores	2.565.198	11.125	2.576.323
Total	2.565.198	11.125	2.576.323
Dos quais:			
Nível 1			2.576.323
Nível 2			-
Nível 3			-
			2.576.323

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 14 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014			2013		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	63.957.799	6.431.962	70.389.761	56.998.929	971.856	57.970.785
Obrigações outros emissores	62.177.491	1.868.787	64.046.278	56.406.370	252.493	56.658.863
Ações	3.382.492	(30.640)	3.351.852	3.539.983	(111.913)	3.428.070
Juros a receber	2.351.685	-	2.351.685	1.611.543	-	1.611.543
Total	131.869.467	8.270.109	140.139.576	118.556.825	1.112.436	119.669.261
Dos quais:						
Nível 1			136.673.278			114.506.719
Nível 2			3.466.298			5.162.542
Nível 3			-			-
			140.139.576			119.669.261

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	71.616.318	-	58.900.151	-
Obrigações de outros emissores	61.705.858	3.465.548	52.178.248	5.164.792
Ações	3.351.102	750	3.427.320	750
	136.673.278	3.466.298	114.505.719	5.165.542

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 15 – Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, os valores registados como empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 16 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	330.850	293.920
Equipamento administrativo	19.188	48.748
Outro equipamento	629.992	76.103
	980.030	418.771
Amortizações acumuladas	(274.035)	(319.535)
Saldo líquido	705.995	99.236

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	<i>Eur</i> Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	293.920	48.748	76.103	418.771
Aquisições	36.930	18.938	622.511	678.379
Abates	-	(48.498)	(68.622)	(117.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	330.850	19.188	629.992	980.030
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(198.229)	(48.748)	(72.558)	(319.535)
Amortizações do exercício	(45.655)	(8.560)	(17.405)	(71.620)
Abates	-	48.498	68.622	117.120
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(243.884)	(8.810)	(21.341)	(274.035)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2013	95.691	-	3.545	99.236
Saldo líquido em 31 de dezembro 2014	86.966	10.378	608.651	705.995

Nota 17 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	23.497.086	6.673.074	7.391.202	2.997.955	40.559.317
Provisão para sinistros	55.327.019	12.807.403	22.138.642	6.161.156	96.434.220
Provisão para desvios de sinistralidade	-	1.592.355	-	65.404	1.657.759
Provisão para riscos em curso	1.404.672	870.010	1.292.937	328.052	3.895.671
Total bruto	80.228.777	21.942.842	30.822.781	9.552.567	142.546.967
Provisão para prémios não adquiridos	14.112.330	1.693.505	-	1.270.620	17.076.455
Provisão para sinistros	25.519.305	4.121.429	2.139.554	2.287.113	34.067.401
Total resseguro	39.631.635	5.814.934	2.139.554	3.557.733	51.143.856
Saldo líquido	40.597.142	16.127.908	28.683.227	5.994.834	91.403.111

	2013				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisão para prémios não adquiridos	22.264.603	6.153.149	6.880.854	2.709.591	38.008.197
Provisão para sinistros	52.439.686	13.948.807	22.633.267	6.408.686	95.430.446
Provisão para desvios de sinistralidade	-	412.803	-	65.404	478.207
Provisão para riscos em curso	988.478	6.817	2.621.688	293.604	3.910.587
Total bruto	75.692.767	20.521.576	32.135.809	9.477.285	137.827.437
Provisão para prémios não adquiridos	14.017.382	1.467.390	-	1.190.301	16.675.073
Provisão para sinistros	24.487.329	4.631.056	506.047	2.491.163	32.115.595
Total resseguro	38.504.711	6.098.446	506.047	3.681.464	48.790.668
Saldo líquido	37.188.056	14.423.130	31.629.762	5.795.821	89.036.769

A provisão para sinistros de Acidentes de trabalho inclui o montante de Euro 17.852.000 (2013: Euro 13.738.000) referente à provisão matemática.

De acordo com o IFRS 4, a Companhia efetuou um teste de adequação de responsabilidades do ramo de Acidentes de trabalho à data de 31 de dezembro de 2014. Em resultado deste teste, o montante de Euro 4.861.000 (2013: Euro 2.894.000) está reconhecido nas provisões técnicas. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 27).

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 22.988.000 (2013: Euro 21.480.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euro 2.010.000 (2013: Euro 2.024.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

	Eur	
	2014	2013
Provisão para prémios não adquiridos	46.550.123	43.804.188
Custos de aquisição diferidos	(5.990.806)	(5.795.991)
Saldo líquido	40.559.317	38.008.197

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos são analisados como se segue:

	Eur	
	2014	2013
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.795.991	5.328.854
Custos de aquisição do ano	5.990.806	5.795.991
Amortização dos custos de aquisição	(5.795.991)	(5.328.854)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	5.990.806	5.795.991

Nota 18 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respetiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Numero de participantes		
Ativos	203	190
Reformados e pensionistas	41	39
	244	229

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(10.180.586)	(3.571.339)	(231.231)	(13.983.156)	(8.401.917)	(2.429.140)	(172.624)	(11.003.681)	
Justo valor dos ativos do plano	10.185.070	-	-	10.185.070	8.219.154	-	-	8.219.154	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	4.484	(3.571.339)	(231.231)	(3.798.086)	(182.763)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.527)	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 5 (2013: 5), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 664.000 (2012: Euro 684.000).

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	8.401.917	2.429.140	172.624	11.003.681	15.081.768	2.138.304	271.525	17.491.597	
Custo do serviço corrente	34.014	87.614	24.477	146.105	22.208	76.741	34.567	133.516	
Custo dos juros	280.956	84.175	5.585	370.716	588.127	84.641	9.976	682.744	
Decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(119.826)	-	(119.826)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	170.064	-	-	170.064	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(890.067)	(63.918)	(34.567)	(988.552)	(739.684)	(46.498)	(29.876)	(816.058)	
(Ganhos) / perdas atuariais	1.257.727	999.075	63.112	2.319.914	1.042.063	283.104	(113.568)	1.211.599	
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	-	-	-	-	(8.372.455)	-	-	(8.372.455)	
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	1.120.758	35.253	-	1.156.011	564.516	12.674	-	577.190	
Transferência entre fundos	(24.719)	-	-	(24.719)	45.310	-	-	45.310	
Responsabilidades em 31 de dezembro	10.180.586	3.571.339	231.231	13.983.156	8.401.917	2.429.140	172.624	11.003.681	

Em 31 de dezembro de 2013, a alteração do plano nos “Outros benefícios” correspondeu ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	34.014	87.614	24.477	146.105	22.208	76.741	34.567	133.516	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	66.073	84.175	5.585	155.833	122.846	84.641	9.976	217.463	
Decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(119.826)	-	(119.826)	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	63.112	63.112	-	-	(113.568)	(113.568)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	170.064	-	-	170.064	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	1.120.758	35.253	-	1.156.011	564.516	12.674	-	577.190	
Custo do exercício	1.220.845	207.042	93.174	1.521.061	879.634	54.230	(69.025)	864.839	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é analisada como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	8.219.154	15.120.862
Contribuições da companhia	2.652.265	1.244.413
Pagamentos efetuados pelo fundo	(890.067)	(739.684)
Retorno esperado do fundo	214.883	465.281
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	13.554	455.427
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	(24.719)	(8.327.145)
Saldo em 31 de dezembro	10.185.070	8.219.154

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 2.652.000 (2013: Euro 1.244.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, a Companhia contribuiu com o montante de Euro 171.000 (2013: Euro 242.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida iniciado em 2012.

Os (ganhos)/perdas atuariais em 2014 e 2013, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2014			2013			Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total	
Saldo em 1 de janeiro	4.014.088	689.037	4.703.125	3.427.452	405.933	3.833.385	
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	1.257.727	999.075	2.256.802	1.042.063	283.104	1.325.167	
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(13.554)	-	(13.554)	(455.427)	-	(455.427)	
Saldo em 31 de dezembro	5.258.261	1.688.112	6.946.373	4.014.088	689.037	4.703.125	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes das alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.465.000 e Euro 1.426.000, respetivamente.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	(182.763)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.527)	39.094	(2.138.304)	(271.525)	(2.370.735)	
Custo do Exercício	(1.220.845)	(207.042)	(93.174)	(1.521.061)	(879.634)	(54.230)	69.025	(864.839)	
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.244.173)	(999.075)	-	(2.243.248)	(586.636)	(283.104)	-	(869.740)	
Benefícios pagos pela companhia	-	63.918	34.567	98.485	-	46.498	29.876	76.374	
Contribuições dos empregados e outras	2.652.265	-	-	2.652.265	1.244.413	-	-	1.244.413	
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	4.484	(3.571.339)	(231.231)	(3.798.086)	(182.763)	(2.429.140)	(172.624)	(2.784.527)	

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	Eur	
	2014	2013
Títulos de rendimento variável	2.507.931	2.123.678
Títulos de rendimento fixo	6.623.120	5.521.683
Imóveis	276.110	123.895
Outros	777.910	449.898
	10.185.070	8.219.154

Atualmente, o fundo de pensões não tem exposição a ativos do Grupo.

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Impacto no Custo com Pensões	24.619	14.086
Impacto nas Responsabilidades	571.414	388.662

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	Impacto alteração de pressupostos financeiros	
	-1,00%	1,00%
	Eur	Eur
Taxa de Desconto	2.222.768	(1.715.559)
Taxa de Crescimento das Pensões	(1.266.534)	1.507.187
Taxa de Crescimento dos Salários	(393.937)	478.135
	Impacto alteração de pressupostos demograficos	
	+1 ano	
	Eur	
Alteração da Tábua de Mortalidade	355.094	

Nota 19 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Tomadores de seguros	7.337.981	6.540.687
Mediadores de seguros	1.206.852	1.146.778
Resseguradores	9.947.183	9.164.574
	18.492.016	16.852.039
Imparidade	(4.477.822)	(5.042.225)
Total	14.014.194	11.809.814
Total Outros devedores	1.440.865	403.784
Total	15.455.059	12.213.598

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto e outras operações - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 6.360.000 (2013: Euro 5.232.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euro 777.000 (2013: Euro 673.000) foram considerados para efeito do reconhecimento de imparidade.

Os movimentos ocorridos no exercício nas perdas por imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo no início do ano	5.042.225	5.224.879
Reversões	(669.026)	(230.914)
Dotação do exercício	104.623	48.260
Saldo no final do ano	4.477.822	5.042.225

Nota 20 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Seguros determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 29,5% (taxa nominal de 23% mais 6,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo Português, no fim de dezembro de 2014, o qual determinou uma redução de 2% na taxa nominal de imposto a partir de 1 janeiro, a Companhia aplicou uma taxa de imposto de 27,5% para cálculo dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2014.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em Balanço a 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes	842.924	-
Ativos por impostos diferidos	1.869.083	3.871.445
Ativos por impostos	2.712.007	3.871.445
Passivos por impostos e taxas correntes		
Imposto sobre rendimento	-	647.111
Outros impostos e taxas	4.742.779	3.311.800
Passivos por impostos	4.742.779	3.958.911

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros	-	-	(2.274.280)	(328.169)	(2.274.280)	(328.169)
Passivos por contratos de seguro	-	853.658	-	-	-	853.658
Provisões	889.385	1.434.872	-	-	889.385	1.434.872
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	3.253.978	1.911.084	-	-	3.253.978	1.911.084
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	4.143.363	4.199.614	(2.274.280)	(328.169)	1.869.083	3.871.445

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 foi reconhecido como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido em capital	Reconhecido nos resultados	Reconhecido em capital
Passivos por contratos de seguro	-	(1.946.111)	-	(444.270)
Passivos por contratos de seguro	(853.658)	-	(219.914)	-
Provisões	(545.487)	-	16.921	-
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	327.575	1.015.319	192.011	83.516
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	(1.071.570)	(930.792)	(10.982)	(360.754)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Imposto corrente	(1.392.316)	(2.769.508)
Imposto diferido	(1.071.570)	(10.982)
Total do imposto reconhecido em resultados	(2.463.886)	(2.780.490)

O imposto diferido reportado no capital próprio de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Reserva de reavaliação	(2.274.280)	(328.169)
Ganhos e perdas atuariais	1.098.835	83.516
	(1.175.445)	(244.653)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Resultado antes de impostos	10.148.441	8.419.337
Taxa de imposto	29,5%	29,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.993.790	2.483.704
Tributação autónoma	120.040	79.034
Outras diferenças permanentes	(649.944)	217.752
	2.463.886	2.780.490

Nota 21 – Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros dizem respeito na totalidade a Depósitos recebidos de resseguradores.

Nota 22 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Tomadores de seguros e intermediários	8.078.371	7.228.611
Resseguradores	14.859.606	13.794.777
Credores por operações seguro e resseguro	22.937.977	21.023.388
Outros credores	2.323.792	3.462.212
Total	25.261.769	24.485.600

A rubrica Tomadores de seguros e intermediários inclui o montante de Euro 5.316.000 (2013: Euro 5.092.000) relativo a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Seguros.

Nota 23 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro 2014 a rubrica Acréscimos e diferimentos – custos diferidos inclui o montante de Euro 1.725.000 (2013: Euro 1.724.000), relativo ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros (excluindo Doença).

Adicionalmente, os acréscimos de custos incluem uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), no montante de Euro 971.000 (2013: Euro 975.000), conforme referido nas políticas contabilísticas.

Nota 24 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	629.970	1.834.511
Total	723.407	1.927.948

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	1.927.948	2.370.571
Reversão exercício - DGs	(1.204.541)	(442.623)
Saldo em 31 de dezembro	723.407	1.927.948

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de outras provisões incluía o montante de Euro 1.244.000 relativo ao programa de reestruturação em curso naquela data. Em resultado duma decisão do Conselho de Administração em 26 novembro de 2014, o programa de reestruturação foi dado como terminado à data do fecho de ano, pelo que já não existem responsabilidades reconhecidas com este evento à data de 31 de dezembro de 2014. A reversão do ano no montante de Euro 1.201.541 inclui a transferência ocorrida para o Fundo de Pensões, no montante de Euro 1.156.011, relativo aos empregados que aceitaram o plano durante 2014 (ver nota 18).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio

Nota 25 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Ocidental Seguros, no montante de Euro 12.500.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 2.500.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada. Como anteriormente referido, desde 30 de junho de 2014, o Grupo Ageas tornou-se o acionista único da Companhia.

Reservas de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 e).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2014 e 2013, são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	1.112.436	(400.349)
Ajustamentos no justo valor	7.100.068	1.512.785
Vendas	57.605	-
Saldo em 31 de dezembro	8.270.109	1.112.436

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custo amortizado	131.869.467	118.556.825
Justo valor	140.139.576	119.669.261
Ganhos / (perdas) não realizados reconhecidos como reserva de justo valor	8.270.109	1.112.436

Outras reservas

Reserva por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 s).

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Seguros tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

Resultados transitados

No final de novembro de 2014, a Ocidental Seguros distribuiu dividendos ao seu acionista no montante de Euro 10.900.000.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>										
	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	-	-	-	-	-	-	5.995.829
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.684.555	7.684.555
Resultados transitados	-	-	-	-	-	8.929.301	-	-	-	-	8.929.301
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.847.538)	-	(5.847.538)
Saldos 31 dezembro 2014	12.500.000	8.270.109	(2.274.280)	5.995.829	12.500.000	8.929.301	1.246.995	487.004	(5.628.792)	7.684.555	43.714.892

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Premio emissão	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido							
Capital	12.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.500.000
Reservas de reavaliação	-	1.112.436	(328.169)	784.267	-	-	-	-	-	-	784.267
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.638.847	5.638.847
Resultados transitados	-	-	-	-	-	14.190.454	-	-	-	-	14.190.454
Outras reservas	-	-	-	-	12.500.000	-	1.246.995	487.004	218.746	-	14.452.745
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.619.609)	-	(4.619.609)
Saldo 31 dezembro 2013	12.500.000	1.112.436	(328.169)	784.267	12.500.000	14.190.454	1.246.995	487.004	(4.400.863)	5.638.847	42.946.704

II.7 Outras notas

Nota 26 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Remunerações	500.492	429.522

As transações com partes relacionadas em 2014 e 2013 são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões	Médias	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	19.479.009	-	-	-	19.479.009
Activos financeiros disponíveis para venda	521.068	-	-	-	521.068
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	31.555.308	31.555.308
Outros ativos	372.564	-	-	-	372.564
Total do ativo	20.372.641	-	-	31.555.308	51.927.949
Provisões técnicas	(4.336.851)	-	-	-	(4.336.851)
Outros passivos	(5.330.034)	(94.792)	(3.566.855)	(9.512.406)	(18.504.087)
Total do passivo	(9.666.885)	(94.792)	(3.566.855)	(9.512.406)	(22.840.938)
Líquido Ativo / (Passivo) 2014	10.705.756	(94.792)	(3.566.855)	22.042.902	29.087.011
Líquido Ativo / (Passivo) 2013	25.033.197	(73.535)	(2.611.907)	21.573.266	43.921.021

	<i>Eur</i>				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões	Médias	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	8.486.220	-	-	(128.040.125)	(119.553.905)
Dividendos e juros a receber	1.785	-	-	-	1.785
Outros proveitos	-	52.928	-	-	52.928
Total de proveitos	8.488.005	52.928	-	(128.040.125)	(119.499.192)
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(6.515.350)	-	-	85.911.354	79.396.004
Custos de aquisição	(21.482.522)	-	-	15.302.616	(6.179.906)
Gastos gerais e administrativos	(2.658.452)	(215.717)	(1.427.887)	-	(4.302.056)
Total de custos	(30.656.324)	(215.717)	(1.427.887)	101.213.970	68.914.042
Líquido Proveitos / (Custos) 2014	(22.168.319)	(162.789)	(1.427.887)	(26.826.155)	(50.585.150)
Líquido Proveitos / (Custos) 2013	(20.415.489)	(111.251)	(933.864)	(24.261.687)	(45.722.293)

	<i>Eur</i>				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões	Médias	Total
Dividendos pagos	-	(10.900.000)	-	-	(10.900.000)
Líquido variação Capital próprio 2014	-	(10.900.000)	-	-	(10.900.000)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com a Médís são relativas ao tratado de resseguro celebrado no âmbito do Ramo Doença.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Nota 27 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Occidental Seguros, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco, e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os Riscos Estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. os Riscos Estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente a realização dos objetivos estratégicos da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são da responsabilidade do *Chief Risk Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Risk Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco de Mercado, o qual delega no Comité de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Ocidental – Companhia de Seguros, S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação dos riscos) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Comité de *Pricing*:
 - Revê, faz recomendações e aprova as propostas de alteração de produtos/prémios;

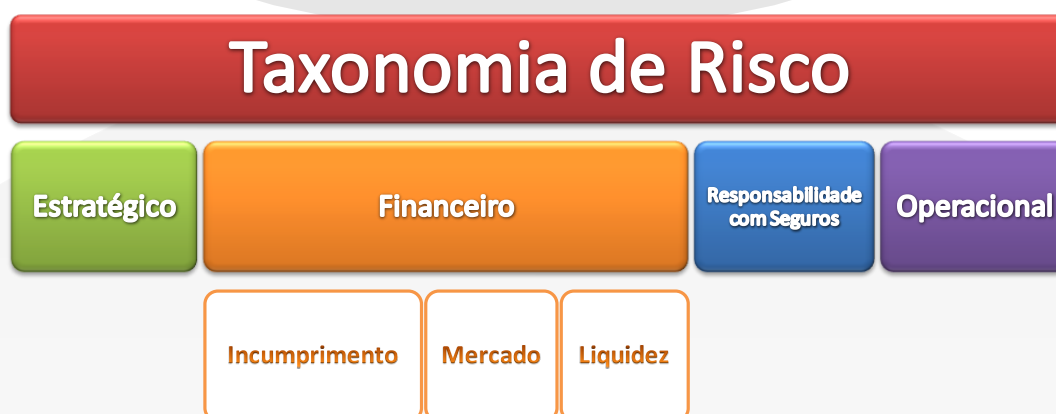
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
 - Propor e restringir o apetite ao risco, bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Fornecer um parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Ser membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no *Risco de Mercado* como no *Risco de Incumprimento*. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao Risco de *Spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou de participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto está expresso numa moeda específica e o Risco de Câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Eur).

O quadro seguinte indica os valores da carteira por tipo de ativo (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2014	%	2013	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	140.139.576	100,0%	119.669.261	100,0%
Dívida pública	71.616.318	51,1%	58.900.951	49,2%
Obrigações	65.171.406	46,5%	57.340.240	47,9%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Fundos de investimento: Imobiliário	3.351.102	2,4%	3.427.320	2,9%
Ativos financeiros ao justo valor	-	0,0%	2.576.323	100,0%
Obrigações	-	0,0%	2.576.323	100,0%
Total	140.139.576		122.245.584	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2014	2013
ATIVO [EUR]		
Caixa e disponibilidades	19.479.009	14.420.080
Empréstimos e contas a receber	-	20.019.771
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	15.455.059	12.213.598
Total	34.934.068	46.653.449
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	6.474.566	5.873.929
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	25.399.822	24.485.600
Total	31.874.388	30.359.529

As ações detidas são decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
	750	100,0%	750	100,0%

As obrigações detidas pela Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	71.616.318	52,4%	58.900.951	50,7%	-	0,0%	-	0,0%
Instituições financeiras	42.751.657	31,3%	40.459.657	34,8%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	4.358.899	3,2%	4.446.373	3,8%	-	0,0%	-	0,0%
Setores básicos e energéticos	10.839.258	7,9%	5.418.368	4,7%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	1.633.366	1,2%	2.556.737	2,2%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	2.122.678	1,6%	1.116.520	1,0%	-	0,0%	2.576.323	100,0%
Diversos	3.465.548	2,5%	3.342.585	2,9%	-	0,0%	-	0,0%
	136.787.724	100,0%	116.241.190	100,0%	-	0,0%	2.576.323	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	21.855.149	16,0%	16.904.745	14,5%	-	0,0%	-	0,0%
AA	11.590.611	8,5%	18.410.700	15,8%	-	0,0%	-	0,0%
A	19.371.415	14,2%	16.707.663	14,4%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	15.034.824	11,0%	17.453.868	15,0%	-	0,0%	-	0,0%
BB	64.949.859	47,5%	41.602.422	35,8%	-	0,0%	2.576.323	100,0%
B	3.985.866	2,9%	3.342.585	2,9%	-	0,0%	-	0,0%
CCC	-	0,0%	1.819.208	1,6%	-	0,0%	-	0,0%
Total	136.787.724	100,0%	116.241.191	100,0%	-	0,0%	2.576.323	100,0%
Dívida pública	71.616.318	52,4%	58.900.951	50,7%	-	0,0%	-	0,0%
Obrigações	65.171.406	47,6%	57.340.240	49,3%	-	0,0%	2.576.323	100,0%
Total	136.787.724	100,0%	116.241.191	100,0%	-	0,0%	2.576.323	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	19.479.009	100,0%	34.439.851	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AA	3.714.288	24,0%	2.797.131	22,9%
A	2.810.458	18,2%	2.143.021	17,5%
BBB	9.083	0,1%	684.014	5,6%
Sem rating	8.921.230	57,7%	6.589.432	54,0%
	15.455.059	100,0%	12.213.598	100,0%
Total	34.934.068		46.653.449	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	Disponíveis para venda		
	Portugal	Total	%
Imobiliário	3.351.102	3.351.102	100,0%
Total em dezembro 2014	3.351.102	3.351.102	100,0%
Imobiliário	3.427.320	3.427.320	100,0%
Total em dezembro 2013	3.427.320	3.427.320	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores, que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

Risco de liquidez 2014							Eur
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	4.820.681	8.512.319	23.246.600	61.302.254	42.888.128	-	140.769.982
Ativos financeiros a taxa variável	1.016.043	878.452	1.508.119	8.940.416	-	-	12.343.030
Outros ativos financeiros	11.813.341	6.213.140	10.453.075	5.909.858	129	3.896.379	38.285.922
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	17.650.065	15.603.911	35.207.794	76.152.528	42.888.257	3.896.379	191.398.934
Ativos Não Financeiros	2.669.195	5.338.389	25.735.219	12.917.879	9.632.294	-	56.292.976
Total de Ativos	20.319.260	20.942.300	60.943.013	89.070.407	52.520.551	3.896.379	247.691.910
Outros passivos financeiros	17.539.728	2.720.295	8.758.395	2.788.048	67.921	-	31.874.387
Passivos Financeiros	17.539.728	2.720.295	8.758.395	2.788.048	67.921	-	31.874.387
Passivos Não Financeiros	8.195.644	17.417.326	81.376.479	30.040.302	33.235.563	-	170.265.314
Total de Passivos	25.735.372	20.137.621	90.134.874	32.828.350	33.303.484	-	202.139.701

Risco de liquidez 2013							Eur
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	-	6.683.517	14.015.370	60.115.034	26.220.567	-	107.034.488
Ativos financeiros a taxa variável	1.726.744	1.883.192	6.493.579	14.382.260	-	-	24.485.775
Outros ativos financeiros	8.906.922	24.396.402	8.311.908	4.627.487	410.730	3.428.070	50.081.519
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2.679.448	-	-	-	2.679.448
Ativos Financeiros	10.633.666	32.963.111	31.500.305	79.124.782	26.631.297	3.428.070	184.281.230
Ativos Não Financeiros	3.708.092	7.416.185	35.953.839	7.349.236	76.562	-	54.503.915
Total de Ativos	14.341.758	40.379.296	67.454.144	86.474.018	26.707.859	3.428.070	238.785.145
Outros passivos financeiros	11.234.319	7.185.530	(4.538.228)	16.337.733	133.226	6.950	30.359.529
Passivos Financeiros	11.234.319	7.185.530	(4.538.228)	16.337.733	133.226	6.950	30.359.529
Passivos Não Financeiros	8.204.836	17.309.144	80.414.394	29.307.097	31.281.524	-	166.516.994
Total de Passivos	19.439.155	24.494.674	75.876.166	45.644.830	31.414.749	6.950	196.876.523

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

Riscos com Responsabilidade de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de regulamentos de risco e dos respetivos limites de aceitação. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação a serem desenvolvidas;
- A Função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de subscrição e o *Apetite ao Risco* de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos com Responsabilidade de Seguros de acordo com as regras e os regulamentos estabelecidos na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;

- A Função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- O Comité de *Pricing* é responsável por rever, fazer recomendações e aprovar as propostas de alteração de produtos/prémios;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- No caso de os limites serem ultrapassados, deverá estar implementado um processo de reporte ao *Risk Officer*.

Na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. estão envolvidas diversas áreas na gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e *Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o chamado processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística são utilizados por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *à priori* (por exemplo, *profit testing*), como *à posteriori* (por exemplo, rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é efetuada, uma vez por ano, pelo atuário responsável da Companhia, sendo as provisões certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas, bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida por linha de negócio:

Não Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Incêndio e Tremor de Terra (comercial)	Excedente	15.050.000	350.000
Incêndio e Tremor de Terra (não comercial)	Excedente	3.750.000	75.000
Incêndio (catástrofes naturais)	CAT Excesso de Perdas (XL)	306.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Automóvel - responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	49.500.000	500.000
Automóvel - cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.500.000	500.000
Marítimo Cascos & Cargas	Quota Share	2.500.000	750.000
Marítimo (por risco / evento)	CAT Excesso de Perdas (XL)	2.050.000	200.000
Acidentes Pessoais (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	49.850.000	150.000
Acidentes de Trabalho (por risco / evento)	Excesso de Perdas (XL)	29.600.000	400.000

Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao Risco com Responsabilidade de Seguros que a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

Riscos com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde

O Risco com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde divide-se em dois grandes blocos: Risco de Subscrição (*Underwriting Risk*) e Risco de Catástrofe (*Catastrophe Risk*).

O Risco com Responsabilidade de Seguros Não Vida e Saúde reflete o risco decorrente das obrigações de seguros Não Vida e Saúde, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O Risco com Responsabilidades de Seguros Não Vida e Saúde pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho, entre outras linhas de negócio.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros com um prazo de regularização curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, são geralmente comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter, bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros. No ramo de Acidentes de Trabalho, nos casos em que, decorrente de um sinistro em que surja uma incapacidade permanente ou morte, a Companhia é responsável pelo pagamento de uma pensão vitalícia. Neste caso, o principal risco associado é o risco de longevidade, de natureza semelhante aos seguros do ramo Vida.

As provisões para sinistros dos seguros Não Vida são estimadas para sinistros já ocorridos, mas ainda não comunicados, e para os sinistros já declarados, mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tendo em conta as projeções dos pagamentos não descontados e a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

Os riscos relativos às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para os riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com o regulamento local, e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, os regulamentos de subscrição e tarifação são revistos.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de Acidentes de Trabalho são os seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tidos em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica das mesmas:

Posição balanço no fecho do ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	59.875.563	60.606.027	61.855.504	67.635.968	71.129.515	74.596.284	73.715.478	76.775.149	76.556.659
Pagamentos acumulados a:									
Um ano de desenvolvimento	19.997.347	19.914.257	22.832.091	30.079.950	32.554.098	32.913.166	28.673.665	32.063.930	
Dois anos de desenvolvimento	24.632.403	25.457.015	29.561.393	37.206.858	38.954.322	37.484.752	34.015.794		
Três anos de desenvolvimento	27.461.067	30.258.498	33.289.752	40.785.271	41.725.845	41.290.098			
Quatro anos de desenvolvimento	30.330.447	33.428.629	35.803.543	42.725.818	44.328.018				
Cinco anos de desenvolvimento	32.717.401	35.942.421	36.999.501	44.709.499					
Seis anos de desenvolvimento	34.786.223	36.939.065	38.505.711						
Sete anos de desenvolvimento	35.724.087	37.519.061							
Oito anos de desenvolvimento	36.073.855								
Reservas reavaliadas a:									
Um ano de desenvolvimento	55.422.479	54.123.279	58.132.656	71.568.009	68.621.052	67.522.259	62.366.850	67.652.150	
Dois anos de desenvolvimento	51.965.089	52.857.259	58.223.514	62.696.997	62.974.902	61.517.582	58.724.250		
Três anos de desenvolvimento	50.012.862	53.710.757	53.356.980	58.827.476	60.683.056	60.790.516			
Quatro anos de desenvolvimento	46.917.815	50.382.403	50.517.541	57.766.860	60.385.831				
Cinco anos de desenvolvimento	44.699.772	48.408.497	49.666.009	55.883.925					
Seis anos de desenvolvimento	43.561.838	47.501.247	47.771.769						
Sete anos de desenvolvimento	42.847.606	45.878.148							
Oito anos de desenvolvimento	41.892.102								
(h) Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:									
Valor nominal	17.983.462	14.727.879	14.083.735	11.752.044	10.743.684	13.805.768	14.991.229	9.122.999	
Porcentagem	30,0%	24,3%	22,8%	17,4%	15,1%	18,5%	20,3%	11,9%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	31-12-2013	31-12-2014
Provisões para sinistros no final do exercício	76.775.149	76.556.659
Provisões para sinistros a valores atualizados - Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	16.631.564	17.867.752
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	2.023.733	2.009.808
Total provisões para sinistros Não Vida	95.430.446	96.434.219

Para mitigar este risco, a Companhia recorre a critérios de seleção e regulamentos de subscrição baseados na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e, ainda, por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2014 e 2013 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Rácio Sinistros	59,8%	59,8%	63,6%	62,0%	75,3%	76,7%	48,8%	51,5%	7,8%	11,7%
Rácio Despesas	19,7%	20,3%	16,8%	17,3%	24,1%	26,7%	26,7%	27,1%	20,4%	22,2%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	79,5%	80,1%	80,4%	79,3%	99,5%	103,4%	75,5%	78,7%	28,2%	33,9%

A Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos.

Não Vida [EUR]		Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2014	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2013
Análises de sensibilidade	RJ		
Custos de exploração - 10%		2.011	1.949
Custos com sinistros + 5%		(2.123)	(2.113)

Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na Companhia. Além disso, a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no

Comité de Risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos acionistas, a marca e o valor da Companhia;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “*Bottom-up*”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Companhia, mantendo-os atualizados;
 - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
 - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

	Eur				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2014					
Seguro direto					
Acidentes e doença	157.245.948	155.890.311	99.088.290	26.120.399	(28.641.575)
Incêndio e outros danos	46.561.451	45.969.225	22.508.537	12.208.879	(7.766.934)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	16.054.761	15.606.520	10.896.044	2.423.719	1.325.535
- Outras coberturas	9.358.508	9.271.990	7.846.630	3.553.972	(162.141)
Marítimo, aéreo e transportes	1.224.903	1.204.931	302.850	564.061	(355.539)
Responsabilidade civil geral	3.779.983	3.327.509	438.339	644.387	(1.705.455)
Crédito e caução	5.058	5.046	(341.818)	4.778	-
Proteção jurídica	445.719	418.868	-	45.094	(177.980)
Assistência	3.488.638	3.359.058	16.647	431.881	(3.430.386)
Diversos	343.303	708.875	288.913	177.178	14.645
Total Não Vida	238.508.272	235.762.333	141.044.432	46.174.348	(40.899.830)
Resseguro aceite	-	-	(62.355)	-	(54.697)
Total	238.508.272	235.762.333	140.982.077	46.174.348	(40.954.527)

	Eur				
Linha de negócio	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Não Vida 2013					
Seguro direto					
Acidentes e doença	152.628.315	150.459.443	93.269.582	25.844.169	(26.287.658)
Incêndio e outros danos	44.969.912	44.680.636	23.009.119	12.009.468	(8.208.706)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	14.673.329	13.541.889	9.878.060	2.269.138	(202.988)
- Outras coberturas	8.977.903	8.592.694	7.095.129	3.446.638	(489.129)
Marítimo, aéreo e transportes	987.682	948.100	339.659	472.916	(310.757)
Responsabilidade civil geral	2.560.904	2.526.619	247.098	572.443	(1.354.893)
Crédito e caução	5.111	5.303	(21.841)	3.259	-
Proteção jurídica	368.576	360.568	-	40.010	(127.057)
Assistência	2.812.487	2.609.847	14.433	404.531	(2.091.930)
Diversos	684.179	674.746	255.876	127.301	(84.830)
Total Não Vida	228.668.398	224.399.845	134.087.115	45.189.873	(39.157.948)
Resseguro aceite	-	-	7.411	-	2.143
Total	228.668.398	224.399.845	134.094.526	45.189.873	(39.155.805)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio Não Vida 2014	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	93.968.647	1.779.869	3.339.774	99.088.290
Incêndio e outros danos	21.739.765	1.847.547	(1.078.774)	22.508.537
Automóvel				
-Responsabilidade civil	10.155.242	1.242.635	(501.833)	10.896.044
-Outras coberturas	6.748.058	1.217.799	(119.227)	7.846.630
Marítimo, aéreo e transportes	210.422	48.444	43.985	302.850
Responsabilidade civil geral	576.170	93.401	(231.233)	438.339
Crédito e caução	(350.757)	8.952	(13)	(341.818)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	250	16.413	(15)	16.647
Diversos	276.206	68.410	(55.703)	288.913
Total Não Vida	133.324.003	6.323.469	1.396.961	141.044.433
Resseguro aceite	336	-	(62.690)	(62.354)
Total	133.324.339	6.323.469	1.334.271	140.982.080

Linha de negócio Não Vida 2013	Eur			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos gestão	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	90.889.760	1.480.110	899.712	93.269.582
Incêndio e outros danos	21.384.380	1.566.577	58.162	23.009.119
Automóvel				
-Responsabilidade civil	7.525.466	1.058.678	1.293.916	9.878.060
-Outras coberturas	5.779.689	1.005.347	310.094	7.095.129
Marítimo, aéreo e transportes	345.717	42.917	(48.975)	339.659
Responsabilidade civil geral	580.842	82.181	(415.925)	247.098
Crédito e caução	162	9.485	(31.488)	(21.841)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	14.379	54	14.433
Diversos	177.207	66.103	12.567	255.877
Total Não Vida	126.683.223	5.325.776	2.078.116	134.087.115
Resseguro aceite	4.954	-	2.457	7.410
Total	126.688.177	5.325.776	2.080.573	134.094.526

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Não Vida é a seguinte:

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
2014	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	52.439.687	19.421.343	27.475.722	(5.542.623)
Incêndio e outros danos Automóvel	13.948.806	7.406.548	5.486.205	(1.056.053)
-Responsabilidade civil	20.015.418	4.330.192	13.504.787	(2.180.439)
-Outras coberturas	2.617.848	1.499.735	926.967	(191.146)
Marítimo, aéreo e transportes	204.710	(59.711)	162.890	(101.531)
Responsabilidade civil geral	4.410.656	411.432	3.247.990	(751.234)
Crédito e caução	1.404	(375.022)	-	(376.427)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	195	1.236	-	1.041
Diversos	1.791.722	116.114	1.650.803	(24.805)
Total	95.430.446	32.751.867	52.455.364	(10.223.217)

Linha de negócio	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
2013	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e doença	51.550.336	20.432.385	24.918.711	(6.199.240)
Incêndio e outros danos Automóvel	13.885.899	4.906.614	5.038.066	(3.941.219)
-Responsabilidade civil	18.654.740	2.464.027	13.392.157	(2.798.555)
-Outras coberturas	2.278.345	968.733	854.081	(455.531)
Marítimo, aéreo e transportes	248.684	58.843	155.033	(34.808)
Responsabilidade civil geral	4.792.240	285.842	3.438.312	(1.068.085)
Crédito e caução	32.892	793	976	(31.123)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	140	957	-	816
Diversos	1.779.155	48.175	1.676.798	(54.181)
Total	93.222.431	29.166.369	49.474.134	(14.581.926)

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2014.

A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência I é analisada como se segue:

Rúbrica [EUR]	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
Capital	12.500.000	12.500.000
Reservas Legal e de Reavaliação	14.601.036	10.617.403
Resultados Transitados	8.929.301	14.190.454
Resultado Líquido do Exercício	7.684.555	5.638.847
Total Situação Líquida (1)	43.714.892	42.946.704
Margem de Solvência Disponível (1)	43.714.892	42.946.704
Margem de Solvência Exigida	19.779.633	18.946.581
Excesso / Insuficiência	23.935.259	24.000.123
Rácio Solvência	221%	227%

Nota 28 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor

Os ativos e passivos financeiros da Companhia registados ao custo amortizado são como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2014		2013	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1	19.479.009	19.479.009	14.420.080	14.420.080
Empréstimos e contas a receber	1	-	-	20.019.771	20.019.771
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	15.455.059	15.455.059	12.213.598	12.213.598
		<u>34.934.068</u>	<u>34.934.068</u>	<u>46.653.449</u>	<u>46.653.449</u>
Depósitos recebidos de resseguradores	3	6.474.566	6.474.566	5.873.929	5.873.929
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	25.261.769	25.261.769	24.485.600	24.485.600
		<u>31.736.335</u>	<u>31.736.335</u>	<u>30.359.529</u>	<u>30.359.529</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 29 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o total de garantias bancárias era de Euro 400.000 (2013: Euro 145.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

Rendas vincendas de contratos de leasing	Até 3 meses	3 -12 meses	1 - 5 anos	Total
	113.719	297.184	227.503	638.406

Nota 30 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

À data de 31 de dezembro de 2013, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

País	Eur					
	Valor contabilístico	Justo valor	2013 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.834.319	30.834.319	248.755	4,3%	7,1	L1
Total	30.834.319	30.834.319	248.755	4,3%	7,1	

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que a Companhia não tem atualmente exposição a dívida soberana de países nestas condições.

De acordo com o IFRS13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 31 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das

subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que à exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas

apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.